

## **A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS INDÍGENAS NA GRADUAÇÃO DA UFT**

Alvenita Pereira dos Santos  
Bolsista do Programa de Educação Tutorial-PET  
Curso de Pedagogia/UFT/Campus de Palmas  
tina\_to@globo.com  
José Wilson Rodrigues de Melo/Orientador  
Curso de Pedagogia/UFT/Campus de Palmas  
jwilsonrm@uft.edu.br  
Comunicação oral

Pertencemos a uma sociedade cujo contexto é caracterizado pela diversidade cultural. As políticas de ações afirmativas têm como meta extinguir as desigualdades, advindas de questões sociais, econômicas, étnicas e outros gêneros, cujo objetivo é assegurar a inclusão destes sujeitos. Neste sentido, o objetivo deste estudo é observar mediante o sistema de cotas, como se dá a permanência dos alunos indígenas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins no Campus de Palmas (UFT). Tratando-se da natureza, se caracteriza como pesquisa acadêmica, com abordagem qualitativa e caráter exploratório. Os procedimentos técnicos adotados para a sua realização contemplam a revisão bibliográfica e documental e a pesquisa de campo. Na revisão bibliográfica são exploradas literaturas científicas brasileiras que tratam da temática, no intuito de adquirir maior entendimento a respeito dos conceitos de identidade e diversidade cultural. Por meio da pesquisa documental buscamos analisar como a legislação educacional brasileira trata a referida temática e quais as garantias vigentes, tratando-se especificamente da diversidade cultural. A pesquisa de campo, por sua vez, consistirá na compreensão das questões pertinentes à permanência dos alunos indígenas nos cursos de graduação da UFT do Campus de Palmas, bem como quais os resultados que esta política pública educacional representa para a referida etnia. Buscaremos compreender qual o perfil do aluno indígena dos cursos de graduação desta instituição de ensino e, por fim, traçar o entrelaçamento entre diversidade, identidade e cultura a partir das vivências dos alunos indígenas no âmbito da UFT. A partir dos resultados obtidos, pretendemos tecer uma discussão em torno das políticas públicas de afirmação positiva brasileiras no que se refere ao acesso às universidades públicas; ainda, se estas são efetivas e contribuem de fato para a formação ampla do sujeito, bem como se interferem na manutenção de valores culturais dos sujeitos envolvidos. A garantia do direito à educação e a valorização das manifestações culturais é um respaldo legal. Prezar pela educação e, principalmente, por sua qualidade é um direito que deve ser concretizado em todos os contextos sociais. Assim, esta discussão é considerada de extrema importância para com os educadores, visto que se trata de um elemento essencial para a formação humana.

Palavras-chave: DIVERSIDADE CULTURAL. EDUCAÇÃO SUPERIOR. AÇÕES AFIRMATIVAS.